

ANEXO II

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Trata-se de justificativa de preço na contratação direta, mediante dispensa de licitação, de prestação dos serviços públicos municipais de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos gerados no Município de _____, a ser celebrada entre este Município e o Estado de Minas Gerais, por intermédio do Gabinete da Secretaria de Estado Extraordinário de Gestão Metropolitana – SEGEM, com interveniência da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, por meio de contrato de programa, nos termos do art. 24, XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e das Leis Federais nºs 11.107/2005 e 11.445/2007, para concretizar gestão associada de serviços públicos entre Municípios Convenientes e Estado, conforme deliberado na Assembleia Metropolitana realizada em 23 de maio de 2012 e cristalizado em Convênio de Cooperação firmado entre Estado e Municípios, devidamente publicado no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 30/06/2012.

Visando esclarecer o valor disponibilizado para a prestação dos serviços públicos municipais de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos gerados no Município de _____, em atendimento à determinação contida no art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, vimos informar que o valor do presente contrato de programa visa acobertar a quantidade de resíduos sólidos urbanos atualmente gerada neste Município, bem como a estimativa da quantidade a ser gerada nos próximos 30 (trinta) anos.

Inicialmente, cumpre informar que o Estado de Minas Gerais realizou estudos visando trazer subsídios para formação do valor de referência na contratação da Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, a ser realizada por meio de procedimento licitatório, conforme se fez constar no parágrafo terceiro da cláusula primeira do Convênio de Cooperação celebrado entre o Estado de Minas Gerais e os Municípios Convenientes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano, com vigência de 30 (trinta) anos, do qual este Município é signatário, que se encontra devidamente publicado no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 30/06/2012.

Assim, a partir da elaboração do plano de negócios da Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, definiu-se um valor de referência o qual foi considerado para fixação da estimativa total de gasto. Ressalta-se que o mencionado plano de negócios fundou-se em diversos aspectos, entre eles, Estudo Logístico elaborado pela Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana, bem

como em “Estudo Econômico-Financeiro para destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)” produzido pela Bain & Company para a Fundação Israel Pinheiro.

Frisa-se, pois, que a estimativa total de gasto considera o valor de referência da contratação da Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, multiplicado pela quantidade total de resíduos sólidos urbanos a ser gerada no Município de _____, englobando a quantidade atualmente gerada e a estimativa do virá a ser gerado nos próximos 30 (trinta) anos, tudo isso levantado em conformidade com os referidos estudos que subsidiaram o supramencionado plano de negócios. Assim sendo, temos:

$$ETG = VR \times QT$$

$$ETG = R\$ \text{ _____/ton. } \times \text{ _____ toneladas}$$

$$ETG = R\$ \text{ _____}$$

Onde:

ETG = Estimativa Total de Gasto;

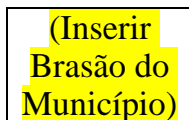
VR = Valor de Referência da contratação da Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa;

QT = Quantidade Total de resíduos sólidos urbanos a ser gerada no Município de _____, englobando a quantidade atualmente gerada e a estimativa do virá a ser gerado nos próximos 30 (trinta) anos.

Oportuno se faz mencionar, todavia, que os valores a serem suportados por este Município, nos moldes da Cláusula Quarta do contrato de programa, referem-se tão somente a uma parcela da estimativa total de gasto, qual seja, R\$ 18,00/tonelada (dezoito reais por tonelada), sendo que, observadas as obrigações da Prefeitura do Município de _____, a diferença entre este valor e a proposta do licitante vencedor da Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, expresso por meio do Valor Pago por Tonelada Destinada (VPTD), será custeada pelo Estado de Minas Gerais.

Ademais, frisa-se que sobre este valor de R\$ 18,00/tonelada (dezoito reais por tonelada) ainda incidirão mecanismos de estímulo à coleta seletiva, bem como as hipóteses em que o Município passará a arcar com valor diferenciado, de acordo com o que se encontra estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do presente contrato de programa.

Assim, os valores apresentados no presente procedimento de dispensa de licitação refletem a estimativa total de gastos com a prestação dos serviços públicos municipais de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos



PREFEITURA MUNICIPAL DE _____
(Unidade do Município competente para elaboração da Justificativa)

gerados no Município de _____, os quais foram obtidos a partir de estudos sobre a quantidade de resíduos sólidos urbanos atualmente gerada neste Município, bem como sobre a estimativa da quantidade a ser gerada nos próximos 30 (trinta) anos.

(Município), _____ de _____ de 2012.

(NOME DO SERVIDOR)

(Cargo do Representante da Unidade do Município competente para a elaboração da Justificativa)

Matrícula _____